

terra

Usados VW Passat A PARTIR DE R\$ 29.900

Animais Spitz Alemão A PARTIR DE R\$ 800

Animais Husky Siberiano A PARTIR DE R\$ 450

Classificados Grátis é na OLX

assinaturas e serviços no Terra na Web ASSINE TERRA

NOTÍCIAS ECONOMIA ESPORTES DIVERSÃO VIDA E ESTILO TERRA TV SONORA OFERTAS DIA A DIA CHAT VC REPÓRTER

BRASIL > POLÍTICA | CPI DO CACHOEIRA JULGAMENTO DO MENSALÃO

acompanhe agora 5 eventos ao vivo confira a programação >

<p>Eliminatórias 2014 - Europa</p> <p>GOL A GOL</p> <p> 0 x 0</p> <p>1º tempo</p>	<p>Eliminatórias 2014 - Europa</p> <p>GOL A GOL</p> <p> 0 x 0</p> <p>1º tempo</p>	<p>Eliminatórias 2014 - Europa</p> <p>GOL A GOL</p> <p> 0 x 1</p> <p>1º tempo</p>	<p>Eliminatórias 2014 - África</p> <p>GOL A GOL</p> <p> 0 x 0</p> <p>1º tempo</p>	<p>Copa das Confederações</p> <p></p>
---	---	---	---	---------------------------------------

06 de Junho de 2013 • 18h15 • atualizado em 06 de Junho de 2013 às 23h55

Conselho da Mulher prepara relatório contra Estatuto do Nascituro

Projeto quer decretar que embrião é ser humano desde a concepção, e prevê pensão a crianças geradas a partir de estupro

Mariana Bittencourt

13

Tweetar CurtirC

O Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) vem elaborando um documento com argumentos contrários a um projeto de lei que prevê a criação do Estatuto do Nascituro. O regulamento quer classificar que um embrião já é um ser humano desde sua concepção, e que ele tem direitos como qualquer pessoa, mesmo que ainda não tenha nascido. A

proposta também estabelece que toda mulher que engravidar devido a um estupro terá direito a uma pensão alimentícia, garantida pelo esturador ou pelo Estado.

Segundo um dos autores do projeto, o ex-deputado Luiz Bassuma - à época no PT-BA, hoje filiado ao PMDB-BA -, "o principal objetivo é como se fosse regulamentar o artigo 5º da Constituição (*que garante o direito à vida*), deixando claro que a vida começa no momento da concepção". "Então, o direito fica assegurado a partir daí, para que não haja nenhuma dúvida em relação a qualquer outra ação que possa levar ao aborto", disse Bassuma.

últimas

NOTÍCIAS FOTOS

01h46 Presidente equatoriano recebe e condecora Lula em Quito

23h28 Lula recebe condecoração máxima de presidente do Equador

18h15 Conselho da Mulher prepara relatório contra Estatuto do...

[mais notícias >](#)

SIGA O TERRA: Conecte-se e compartilhe Facebook Google

entregue ao Congresso Nacional e a vários setores da sociedade. O objetivo é convencer a população - e principalmente os parlamentares - de que o projeto é um "retrocesso" em relação aos direitos da mulher já conquistados no País.

Quem, de fato, tem que decidir a situação em relação ao seu corpo é a mulher. Em particular em casos de estupro, que é o objeto do projeto. Nesse caso, nós já conquistamos

De acordo com a professora Lucia Rincon, integrante do CNDM e membro da União Brasileira de Mulheres (UBM), o Conselho se opõe principalmente à "criminalização do abortamento, em particular à criminalização daqueles (*abortos*) que são permitidos em lei". "É um projeto que agride os direitos já adquiridos, inclusive de (*aborto em caso de*) risco de vida, em caso de estupro", disse Lucia.

A proposta não altera o Código Penal, que prevê que a mulher tem direito a realizar o aborto quando a gravidez é resultado de estupro, quando causa risco à vida dela ou quando o feto tem anencefalia. No entanto, para o CNDM, o projeto busca restringir o direito que a mulher tem de fazer escolhas sobre o próprio corpo. "Quem, de fato, tem que decidir a situação em relação ao seu corpo é a mulher. Em particular em casos de estupro, que é o objeto do projeto. Nesse caso, nós já conquistamos uma legislação antiga, então é um retrocesso enorme", disse Lucia.

“ **A mulher tem direito sobre seu corpo, só que esse corpo que está, durante alguns meses, gestando, ele não é mais propriedade dela, ela não pode matar essa vida. Isso é superior a ela. Ela pode ter o direito, sim, de evitar a gravidez**

Luiz Bassuma
ex-deputado e co-autor do projeto

tartaruga, não vai nascer um pato, vai nascer um ser humano, e é um ser humano desde esse momento, da concepção, tem que ser protegido. Se a mãe não quer esse filho, tem que ir para a adoção", argumenta ele.

Pensão alimentícia a crianças fruto de estupro

O projeto também prevê que mulheres que engravidarem vítimas de violência sexual recebam uma pensão alimentícia - paga pelo pai, o estuproador, ou pelo Estado caso o agressor não seja identificado. O ponto é um dos mais polêmicos da proposta, já que apresenta uma contradição: se o autor da agressão tiver que pagar a pensão à criança, ele deve ser reconhecido em cartório como pai dela. Isso dá ao estuproador direitos de paternidade - inclusive, por exemplo, a possibilidade de ter a guarda da criança.

O ex-deputado Luiz Bassuma diz que isso não aconteceria, e que o agressor só teria a responsabilidade de pagar a pensão. "(*Fica*

uma legislação antiga, então é um retrocesso enorme

Lucia Rincon

membro do Conselho Nacional de Direitos da Mulher

mais vistos



NOTÍCIA
SP: "não vamos parar até baixar", avisa Movimento Passe Livre sobre tarifa
28.042 visitas



FOTO
Grupo protesta contra aumento no transporte; veja as fotos
13.181 visitas



VÍDEO
Adolescente pode ficar 3 anos presa por matar a mãe
6.447 visitas

O ex-deputado discorda, e afirma que a mulher não pode fazer escolhas sobre o próprio corpo enquanto está grávida. "A mulher tem direito sobre seu corpo, só que esse corpo que está, durante alguns meses, gestando, ele não é mais propriedade dela, ela não pode matar essa vida. Isso é superior a ela. Ela pode ter o direito, sim, de evitar a gravidez", disse Bassuma.

"Aquele ser não é propriedade dela, ela não tem o direito de 'matar', é um novo ser vivo. Está acima disso. E eu não uso mais a palavra nem embrião, nem feto. Sempre é criança, porque não vai nascer uma

tartaruga, não vai nascer um pato, vai nascer um ser humano, e é um ser humano desde esse momento, da concepção, tem que ser protegido. Se a mãe não quer esse filho, tem que ir para a adoção", argumenta ele.

“ **(O projeto) desconsidera a**

a cargo do estupro) a responsabilidade financeira, nunca a responsabilidade paterna no sentido de assumir paternidade - isso, não. Porque ele é um criminoso, ele vai responder pelo crime. Agora, além de responder pelo crime, ele tem, sim, que ser responsabilizado civilmente para ser responsável financeiro", afirmou.

Lucia Rincon, do CNDM, diz que a ideia de fazer com que a mulher vítima de estupro conviva com seu agressor é contra a lei. "(O projeto) desconsidera a situação da agressão, da violência sofrida, instituindo a manutenção econômica, dizendo ao perpetrador da violência sexual que ele possa arcar com a manutenção econômica da criança. A mulher tem horror, tem traumas, e vai ter que colocar (o nome do agressor) na certidão de nascimento de seu filho, vai ter que ir atrás dele. Isso é uma crueldade com as mulheres, é ignorar a situação real de vida das pessoas."

A proposta foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, e já havia sido aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família. Agora, o texto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - se for aprovado, ele irá a votação em plenário.

situação da agressão, da violência sofrida, instituindo a manutenção econômica, dizendo ao perpetrador da violência sexual que ele possa arcar com a manutenção econômica da criança. A mulher tem horror, tem traumas, e vai ter que colocar (o nome do agressor) na certidão de nascimento de seu filho

Lucia Rincon

membro do Conselho Nacional de Direitos da Mulher

celular ▶



Notícias

Envie INFO para 83772 ou acesse o Terra no celular ou tablet para saber das últimas notícias.

SAIBA MAIS

Acesse do celular ou tablet: www.terra.com.br

saiba mais

Comissão aprova projeto que garante pensão para mães vítimas de estupro

Petição tenta barrar projeto que prevê pensão a mães vítimas de estupro

Terra



CurtirCurtir

Curtir (desfazer)Curtir

f Você e outras 822 pessoas curtiram isso.822 pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos.

links relacionados

- [Petição tenta barrar projeto que prevê pensão a mães...](#)
- [Comissão aprova projeto que garante pensão para mães...](#)
- [Maioria dos projetos legislativos defende restrições ao...](#)

Político indiano é atacado por mulheres após suposto...